

RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA

Novembro de 2021



TRANSPARÊNCIA FINANCEIRA

Assessoria Parlamentar

Número de Assessores Disponíveis	05 assessores
Número de Assessores Contratados	(04 assessores)
Economia com Assessores	R\$ 3.302,23

Economia Mensal	R\$ 5.728,03
Economia Acumulada	R\$ 63.250,40

De 05 Assessores Parlamentares disponíveis, contratamos apenas 04. Em nossa equipe, possuímos: Chefe de Gabinete, Advogado, Assessor Jurídico e Assessor de Imprensa e Comunicação.

Economia Parlamentar

Cota de Combustível	R\$ 1.360,00
Cota de Telefonia	R\$ 550,00
Selos Postais	R\$ 341,66
Viagens	R\$ 0,00
Material de Expediente	R\$ 174,14
Economia Parlamentar	R\$ 2.425,80



VOTO CONTRA AS COTAS RACIAIS NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

No dia 04 de novembro, **votei contra o projeto que instituiu 20% de cotas étnicas e raciais para concursos públicos municipais**. Acredito que esse tipo de política, por mais que objective o bem, acaba **tangenciando os verdadeiros problemas sociais da nossa cidade**. Precisamos investir em educação e saúde básica para garantir o desenvolvimento sadio da população ao invés de remendarmos as mazelas sociais de Santa Maria com projetos que abrangem apenas uma pequena parcela da população.

**PABLO
PACHECO**
VEREADOR

REVOGAÇÃO DA LEI DAS MÁSCARAS PROTOCOLADA

Caso o Presidente Jair Bolsonaro decrete o fim da obrigatoriedade das máscaras em ambiente público no Brasil, os **santa-marienses permanecerão obrigados a utilizá-la por conta da Lei das Máscaras do município**. Dessa forma, para impedir que nossa legislação torne-se desatualizada caso o Presidente venha a desobrigar as máscaras durante o recesso parlamentar, **protocolei o PL 9315/2021**, que "Revoga a Lei das Máscaras no município de Santa Maria".



LUTA PELO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Santa Maria perdeu o prazo para implementar o **Regime de Previdência Complementar (RPC)**, que se estendia até 13 de novembro. A Prefeitura Municipal não somente encaminhou o projeto tardiamente para a Câmara como, também, o encaminhou com necessidade de ajustes. O impacto da ausência do RPC no município é a **impossibilidade de recebimento de transferências voluntárias da União e da realização de empréstimos e financiamentos com o Governo Federal**. Enquanto o RPC não for aprovado, Santa Maria segue com o “nome sujo”.



MOÇÃO DE APELO PELO AUMENTO DO PARCELAMENTO DO IPTU

Os reflexos do “fica em casa” ainda não terminaram. Por isso, protocolei e obtive a aprovação de uma **Moção de Apelo ao Prefeito Municipal** para que aumente o número de parcelas do IPTU de 11 para 12 no ano de 2022. Essa medida, apesar de pequena, **poderá auxiliar todos os cidadãos da cidade**, seja quem empreende, o que está sem trabalho ou o que está com o dinheiro contado.



MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO PELOS 30 ANOS DO CAPÍTULO Nº 196 DA ORDEM DEMOLAY



No dia 30 de novembro, o Capítulo Santa Maria nº 196 da Ordem DeMolay completou **30 anos de atuação**. Na data, apresentamos uma Moção de Congratulação à instituição pelos grandiosos serviços prestados à sociedade. A moção, por mais que endereçada ao capítulo, **se estende a todos os DeMolays de Santa Maria**, pela trajetória de **filantropia e formação de jovens de bem**.

04/11



Adverti a população a respeito das falácias utilizadas pela Prefeitura para justificar a instalação dos controladores de velocidade na cidade, expondo os números de acidentes e fatalidades das vias com maior número de multas e afirmando que os equipamentos possuem finalidade apenas arrecadatória.

11/11



Apresentei meu Projeto de Sugestão do Ponto Facultativo, defendendo que a vida dos cidadão não pode ser interrompida e prejudicada pela ausência de serviços públicos essenciais em datas vizinhas a feriados.

16/11



Apresentei o posicionamento contrário da OMS a respeito da obrigatoriedade do passaporte sanitário e o utilizei para solicitar ao Poder Público Municipal e Estadual que a utilização de normativas de agências mundiais não sirvam como embasamento para regras apenas quando convém.

18/11



Adverti a população a respeito das falácias utilizadas pela Prefeitura para justificar a instalação dos controladores de velocidade na cidade, expondo os números de acidentes e fatalidades das vias com maior número de multas e afirmando que os equipamentos possuem finalidade apenas arrecadatória.

14/10



Apresentei meu Projeto de Sugestão do Ponto Facultativo, defendendo que a vida dos cidadão não pode ser interrompida e prejudicada pela ausência de serviços públicos essenciais em datas vizinhas a feriados.

19/10



Apresentei o posicionamento contrário da OMS a respeito da obrigatoriedade do passaporte sanitário e o utilizei para solicitar ao Poder Público Municipal e Estadual que a utilização de normativas de agências mundiais não sirvam como embasamento para regras apenas quando convém.

05/10



Adverti a população a respeito das falácias utilizadas pela Prefeitura para justificar a instalação dos controladores de velocidade na cidade, expondo os números de acidentes e fatalidades das vias com maior número de multas e afirmando que os equipamentos possuem finalidade apenas arrecadatória.

14/10



Apresentei meu Projeto de Sugestão do Ponto Facultativo, defendendo que a vida dos cidadão não pode ser interrompida e prejudicada pela ausência de serviços públicos essenciais em datas vizinhas a feriados.

19/10



Apresentei o posicionamento contrário da OMS a respeito da obrigatoriedade do passaporte sanitário e o utilizei para solicitar ao Poder Público Municipal e Estadual que a utilização de normativas de agências mundiais não sirvam como embasamento para regras apenas quando convém.

05/10



Adverti a população a respeito das falácias utilizadas pela Prefeitura para justificar a instalação dos controladores de velocidade na cidade, expondo os números de acidentes e fatalidades das vias com maior número de multas e afirmando que os equipamentos possuem finalidade apenas arrecadatória.

14/10



Apresentei meu Projeto de Sugestão do Ponto Facultativo, defendendo que a vida dos cidadão não pode ser interrompida e prejudicada pela ausência de serviços públicos essenciais em datas vizinhas a feriados.

19/10



Apresentei o posicionamento contrário da OMS a respeito da obrigatoriedade do passaporte sanitário e o utilizei para solicitar ao Poder Público Municipal e Estadual que a utilização de normativas de agências mundiais não sirvam como embasamento para regras apenas quando convém.

VOTAÇÕES

Moção de Congratulação ao Capítulo Santa Maria nº 196 da Ordem DeMolay pelos seus 30 anos.

Voto favorável.

Moção de Solidariedade em decorrência do Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino.

Voto favorável.

Projeto de Lei nº 9187/2021 - “Altera a redação do inciso XXXIV do art. 1º da Lei Municipal nº 5558/2021.”.

Voto favorável.

Moção de Apoio à SUSEPE pelo projeto Produzindo Qualificações.

Voto favorável.

Denomina de Heverton Pedrozo Prates o prédio da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria.

Voto favorável.

Projeto de Lei nº 9297/2021 - “Altera o Parágrafo único do art. 1º da Lei Municipal nº 5974, de 11 de maio de 2015, que incluiu no Calendário Oficial do Município de Santa Maria - RS, o evento ‘MOTO ROMARIA JOÃO LUIZ POZZOBON’”.

Voto favorável.

Veto nº 04/2021 - “Veto parcial ao Projeto de Lei nº 9274/2021 por contrariedade ao interesse público e à legislação vigente, que ora se opõe sobre as diretrizes orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2022.”.

Voto contrário.

Moção de Congratulação aos Conselheiros Tutelares de Santa Maria pela passagem de seu dia e pelos relevantes serviços prestados a nossa comunidade.

Voto favorável.

Moção de Congratulação à Brigada Militar do Rio Grande do Sul, pela passagem do 184º aniversário da instituição.

Voto favorável.

VOTAÇÕES

Moção de Congratulação a OAB, Subseção de Santa Maria, por sua participação nas discussões sobre o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR).

Voto favorável.

Projeto de Lei nº 9305/2021 - “Dispõe sobre a suspensão do prazo de validade dos concursos municipais, e dá outras providências.”

Voto favorável.

Moção de Congratulação ao árbitro santa-mariense Anderson Daronco.

Voto favorável.

Constituição de Frente Parlamentar para discutir e estudar a Municipalização da Água e do Esgoto no Município de Santa Maria.

Voto favorável.

Projeto de Lei nº 9290/2021 - “Institui, no âmbito do Município de Santa Maria, o ‘Mês do Orgulho LGBTQIA+’.”

Voto favorável.

Projeto de Lei nº 9194/2021 - “Define como Área Especial de Interesse Social - AIES um terreno localizado no Bairro Parque Pinheiro Machado, Macrozona Cidade Oeste e Zona 9.b da Lei de Uso e Ocupação do Solo.”

Voto favorável.

Projeto de Lei nº 9292/2021 - “Inclui no calendário de eventos oficiais do Município de Santa Maria o Rodeio Crioulo de Verão do CTG Sentinela da Querência.”

Voto favorável.

Moção de Congratulação à Juliane Riboli Correa, pelo relevante serviço prestado à educação em nosso Município.

Voto favorável.

VOTAÇÕES

Moção de Apoio ao Árbitro Rodrigo Crivellaro Dias, após agressões sofridas em partida válida pelo Gauchão Séria A2.

Voto favorável.

Criação de Frente Parlamentar em Defesa do Coopertivismo.

Voto favorável.

Moção de Congratulação ao árbitro santa-mariense Anderson Daronco.

Voto favorável.

Moção de Apoio aos Projetos de Lei que denominam a Travessia Urbana e Viadutos no Município de Santa Maria.

Voto favorável.

Moção de Congratulação à Editora da UFSM - Universidade Federal de Santa Maria, pelos 40 anos de trabalho.

Voto favorável.

Constituição de Comissão Especial para Regularização Fundiária de áreas do Bairro Urlândia.

Voto favorável.

Moção de Congratulação ao MNU-RS pelos 43 anos de sua fundação.

Voto favorável.

Projeto de Lei nº 9251/2021 - “Fica instituído no Município de Santa Maria a reserva de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos nos órgão da Administração Direta e Indireta do Município de Santa Maria para os negros e demais integrantes de grupos étnicos e sociais minoritários.”.

Voto contrário.